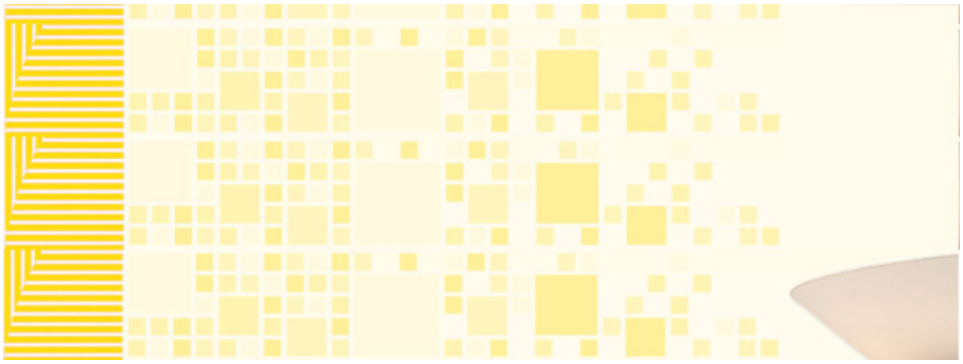
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA



RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES - 2013

RELATÓRIO ANUAL DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

OBJETIVO DO RELATÓRIO
Este relatório anual documenta as atividades da Comissão de Legislação Participativa, iniciativas e conquistas durante 2013 e demonstra como a comissão alcançou seus objetivos e metas.

A diversidade e a significância das atividades da comissão e o papel que desempenha na sociedade civil organizada estão registradas neste documento.

A comissão agradece os comentários sobre o relatório e as sugestões para melhoramento.

Que este relatório sirva para encorajar a sociedade a contribuir com a atividade legislativa.

ÍNDICE

7 APRESENTAÇÃO
8 MEMBROS
11 FOCO: CLP
19 AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E SEMINÁRIOS
65 GTTERRAS
77 SUGESTÕES APROVADAS
87 ANEXOS

APRESENTAÇÃO

O presente relatório tem o objetivo de apresentar aos parlamentares e aos demais integrantes da sociedade, ainda que resumidamente, alguns dos relevantes temas tratados pela Comissão de Legislação Participativa – CLP – no ano de 2013.

Destaca-se, por oportuno, o debate de assuntos como segurança pública, questões indígenas, teletrabalho, saúde mais dez, educação domiciliar entre outras questões que merecem total atenção dos líderes políticos.

A valorização da participação da sociedade no parlamento é o principal fundamento de existência desta Comissão, pois enaltece os aspectos democráticos desta Nação.

O Brasil, como Estado Democrático de Direito, deve sempre estar atento à questão da igualdade, fazendo valer o disposto na Constituição Federal e na legislação vigente. Por essa razão, torna-se imprescindível ouvir o povo e fazer com que esse participe do aprimoramento do ordenamento jurídico do país.

Visando dar maior visibilidade aos eventos promovidos pela CLP, a Comissão tem utilizado todas as mídias sociais ao seu alcance, a exemplo do "facebook", do "twitter" e do E-democracia, pois entende a importância de informar a sociedade a respeito dos debates realizados pelo colegiado.

Portanto, acreditando na importância dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Legislação Participativa, agradeço sinceramente a todos aqueles que diuturnamente trabalham para a construção de uma Nação democrática e participativa, em especial as entidades da sociedade civil organizada, cidadãos, parlamentares e servidores público, que incansavelmente lutam para garantir os ideais de igualdade e justiça social.

Deputado Lincoln Portela
Presidente

MEMBROS

MESA DIRETORA

Lincoln Portela
Presidente

Glauber Braga
1º Vice-Presidente

Leonardo Monteiro
3º Vice-Presidente

Professor Setimo

Bonifácio de Andrada

Bruna Furlan

Roberto Britto

Arnaldo Jordy

Costa Ferreira

Dr. Grilo
2º Vice-Presidente até 08/10/2013

Janete Capiberibe

Marcos Rogério

Sarney Filho

Takayama

TITULARES

Paulão

Paulo Pimenta

Celso Jacob

Waldir Maranhão

Luiza Erundina

Professora Dorinha Seabra Rezende

Arnon Bezerra

SUPLENTES

Fernando Ferro

Nilmário Miranda

Padre Ton

Chico Alencar

Selo
PARTICIPAÇÃO
LEGISLATIVA
O PODER
DE BENEFICIAR
A TODOS,
NAS MÃOS
DE CADA UM

FOCO: CLP

SELO PARTICIPAÇÃO LEGISLATIVA

A partir de 2014, as entidades da sociedade civil organizada que se destacarem na apresentação de sugestões e propostas à Câmara dos Deputados serão premiadas.

A Comissão de Legislação Participativa (CLP) lançou no mês de dezembro a premiação "Selo Participação Legislativa".

O prêmio foi criado para homenagear e, ao mesmo tempo, estimular a participação das entidades da sociedade civil organizada que participam do processo legislativo na apresentação de sugestões e propostas junto à comissão.

Deputado Lincoln Portela lança a premiação Selo Participação Legislativa na presença dos demais membros da CLP e de diversas autoridades

Para o presidente da comissão, deputado Lincoln Portela, além de incentivo à participação da sociedade civil, o prêmio também vai possibilitar a divulgação dos trabalhos da CLP. "Com isso, esperamos ampliar a visibilidade do órgão, tornando um número cada vez maior de cidadãos e de movimentos sociais familiarizados com a dinâmica do trabalho exercido por nós no âmbito da Comissão de Legislação Participativa", disse.

O primeiro vice-presidente da Comissão, deputado Glauber Braga, afirma que a premiação é muito importante devido ao fato de a CLP ser, em sua opinião, a mais importante comissão da Câmara dos Deputados. "A Comissão de Legislação Participativa representa exatamente o novo momento histórico que nós estamos vivenciando no Brasil nos dias de hoje", avalia o parlamentar.

Para o conselheiro federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Francisco Esgaib, a CLP desenvolveu a partir de 2001 um trabalho profícuo em prol da sociedade civil brasileira. Ele afirmou que a OAB continuará participando do processo legislativo e estimulando o ingresso de mais entidades representativas brasileiras.

"A Ordem dos Advogados estará presente de forma propositiva e proativa contribuindo como protagonista neste processo de construção permanente no aprimoramento das leis", disse Esgaib.

Regulamento da premiação

Serão premiadas as instituições que tiverem apresentado maior número de sugestões; aprovado mais propostas na comissão; proposto temas nacionalmente relevantes; e sugerido audiência pública ou seminário que tenham alcançado o maior número de participantes.

Três entidades serão premiadas em cada modalidade. Não é necessário fazer inscrição. No caso da premiação de entidades que tenham apresentado sugestões consideradas nacionalmente relevantes, a indicação será feita pelos integrantes da comissão. Os deputados do colegiado escolherão os contemplados, por maioria simples.

O selo será conferido anualmente. Em 2014, será realizada a primeira premiação, que irá considerar as sugestões de proposições apresentadas no período de 2001 a 2013.

A partir da edição de 2015, serão levados em consideração os trabalhos apresentados no ano legislativo anterior.

COMISSÕES EM AÇÃO
10 ANOS DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Câmara dos Deputados
Brasília | 2013
CLP 10 anos
Comissão de Legislação Participativa

LANÇAMENTO DO LIVRO DEZ ANOS DA CLP

Em maio, a Comissão de Legislação Participativa promoveu o lançamento do livro que narra as atividades realizadas pela Câmara dos Deputados durante as comemorações dos dez anos de funcionamento da comissão, em 2011. "Dez Anos da Comissão de Legislação Participativa" foi lançado no Salão Verde da Casa em meio à presença de parlamentares e de diversas autoridades.

O presidente do colegiado, deputado Lincoln Portela, afirmou que as aspirações que motivaram a criação da comissão seguem justificando a sua existência. O parlamentar prevê a comissão atuando de forma ativa e de portas abertas à sociedade civil. "É a democracia, portanto, a grande protagonista deste livro", afirmou Lincoln Portela.

O senador Aécio Neves, ex-presidente da Câmara e em cujo mandato foi instalada a CLP, lembrou que a instalação da comissão foi resultado de um esforço supra-partidário para trazer mecanismos novos na atividade parlamentar. "Esta comissão é, sem dúvida, um dos mais vigorosos instrumentos de aproximação da sociedade brasileira com os seus governantes", destacou.

O ex-vice-presidente da comissão, deputado Dr. Grilo, destacou o papel da comissão de aproximar o cidadão do parlamento. "A instalação da Comissão de Legislação Participativa trouxe o cidadão para dentro do parlamento brasileiro", afirmou.

Para o ex-presidente da comissão, deputado Vítor Paulo, ter presidido a comissão foi uma honra. "A Comissão de Legislação Participativa é uma das comissões mais importantes desta casa", afirmou.

O deputado de Tocantinhs, Leomar Quintanilha, ressaltou que a comissão desempenha o importante papel de defesa dos interesses da população brasileira. "É através da Comissão de Legislação Participativa que vemos a participação daquele que não foi ouvido, que não teve oportunidade de se manifestar", destacou.

O deputado Dr. Rosinha, na época presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, afirmou no evento que, como é comum o povo não ser ouvido, a função a ser desempenhada pela comissão é ainda mais importante. "A Comissão de Legislação Participativa dá vez e voz a esse povo", argumentou.

Lançamento do Livro de Dez Anos da CLP.

Público presente ao lançamento.

Deputado Lincoln Portela, presidente da CLP, autografa exemplar do livro.

Legislação
Participativa
Apoio

DRÉ LUÍS DOS SANTOS
Assessor do DIAP

Des. Federal JOSÉ MARCOS
LUNARDELLI
AJUFE

Participat
Des. Federal JOSÉ MARCOS
LUNARDELLI
AJUFE

LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA RECEBE DIVERSAS SUGESTÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Isenção de impostos para medicamentos, regulamentação do direito de greve dos funcionários públicos, realização de um seminário sobre os direitos dos povos indígenas e regulação da propaganda de alimentos destinados a crianças. Essas foram algumas das sugestões apresentadas no dia 20 de março na primeira mesa de debates promovida pela Comissão de Legislação Participativa (CLP) neste ano.

André Luis dos Santos (DIAP).

Eliana Magalhães (INESC)

Desembargador José Marcos Lunardelli (AJUFE)

Integraram a mesa redonda representantes do Conselho Indigenista Missionário, da Fundação Abrinq, da Federação das Entidades dos Policiais Militares Estaduais e do Conselho Federal de Fisioterapeutas e Terapeutas ocupacionais, entre outros. O objetivo da reunião foi justamente este: ouvir as demandas da sociedade civil organizada.

Na reunião, o presidente do colegiado, deputado Lincoln Portela, destacou que a Comissão de Legislação Participativa é o canal mais simples e rápido para a população apresentar demandas que podem virar lei. Ele lembrou que, para que um projeto de iniciativa popular comece a tramitar na Câmara, são necessárias mais de 1,3 milhão de assinaturas de eleitores de vários lugares do Brasil. Por outro lado, para que uma proposta comece a tramitar na CLP, basta ser apresentada por uma associação ou organização não governamental, por exemplo.

Reforma política e Orçamento

A assessora política do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) Eliana Graça pediu a inclusão na pauta do colegiado da sugestão de projeto de reforma política apresentada pela entidade (SUG 174/09) em 2009.

Ela também cobrou medidas para que a Comissão de Legislação Participativa volte a ter a prerrogativa de sugerir emendas ao Orçamento da União: "A questão orçamentária é fundamental. Nós queremos influenciar como o governo devolve para a sociedade aquilo que recolhe em impostos. E isso se consubstancia no Orçamento da União. Então, é fundamental ter um espaço onde a sociedade pode chegar e apresentar suas propostas, e a comissão discutir e decidir quais as emendas que ela vai apresentar, e que vieram da sociedade, dos grupos organizados. Foi um equívoco muito grande terem retirado essa prerrogativa."

Perseguição a juízes

O vice-presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), desembargador José Marcus Lunardelli, lembrou que um projeto de iniciativa da entidade foi aprovado pela Câmara no ano passado, depois de ter sido acolhido pela Comissão de Legislação Participativa.

Com o objetivo de evitar perseguições a juízes, a proposta (PL 2057/07) permite à Justiça formar um colegiado para decidir sobre processos que envolvem crimes praticados por organizações criminosas.

Encaminhamento das sugestões

O deputado Lincoln Portela explicou o encaminhamento que vai dar às sugestões que foram apresentadas durante a mesa redonda: "Nós faremos uma síntese do que aconteceu. Sentaremos com os membros do colegiado para ver a resposta que essa comissão poderá dar, e certamente dará, a essas demandas, com projetos, com audiências públicas, com mesas redondas. A comissão está apta para poder responder aos anseios, tanto das associações quanto das federações, para que, dessa forma, possamos ter uma nação melhor."

Na oportunidade, Lincoln Portela informou que existem 32 projetos de lei da Comissão de Legislação Participativa prontos para serem votados no Plenário da Câmara. O deputado disse também que iria buscar os projetos mais consensuais para tentar inseri-los na pauta de votações.

ESTÁGIO-VISITA RECEBE ALUNOS DE TODO O PAÍS

Durante todo o ano de 2013, diversos alunos vindos de universidades das mais diferentes áreas do país estiveram em Brasília para participarem do Estágio-Visita, realizado pela Câmara dos Deputados.

A cada etapa desta jornada de aprendizagem, uma turma de universitários tinha contato com o processo político-democrático, em especial com o mecanismo de legislação participativa.

A iniciativa partiu da Comissão de Legislação Participativa, que, em parceria com o Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), inseriu, na programação permanente do Estágio-Visita, apresentações e debates com o tema da participação popular para contribuir com a aproximação dos estudantes com o Parlamento brasileiro.

O Programa

Voltado a universitários de todas as regiões do País, o Programa Estágio-Visita de Curta Duração tem como objetivo estimular a participação democrática dos jovens e promover o desenvolvimento de valores de cidadania, possibilitando o desenvolvimento de conhecimentos sobre democracia e o papel do Legislativo e de habilidades necessárias ao exercício de sua cidadania.

O Estágio-Visita é realizado em oito edições a cada ano, as quais, durante o período de uma semana, cerca de cinquenta estagiários, indicados por deputados, vêm a Brasília para participar de diversas atividades, como palestras, simulações, jornadas de aprendizagem, visitas e oficinas que enriquecem seus conhecimentos sobre a democracia e o Legislativo e acompanham o dia-a-dia dos Parlamentares.

OFICINA DE ATUAÇÃO NO PARLAMENTO

A Comissão de Legislação Participativa também participou da Oficina de Atuação no Parlamento, um curso presencial destinado exclusivamente a integrantes da sociedade civil organizada.

A oficina teve como objetivo apresentar o funcionamento e o papel do Poder Legislativo, além de fornecer informações sobre os canais de comunicação da Câmara com a população.

O curso também apresentou as ferramentas existentes na instituição para que o cidadão possa acompanhar e participar do processo de elaboração de leis.

Ao todo, foram oferecidas 50 vagas a integrantes de associações, fundações, sindicatos, organizações não-governamentais (ONGs) e organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs).

Participantes do Estágio-Visita e da Oficina de Atuação no Parlamento

URGÊNCIA NA TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES DA COMISSÃO

O deputado Glauber Braga (PSB-RJ) apresentou, em julho, projeto de resolução para estabelecer regime de urgência na tramitação de proposições oriundas da Comissão de Legislação Participativa (CLP).

A proposta acrescenta a alínea "p" ao inciso I, do artigo 151 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Para o deputado, vice-presidente do colegiado, a proposta se justifica pelo fato de que pela CLP a sociedade civil organizada pode apresentar sugestões de propostas legislativas de maneira direta à Câmara dos Deputados.

"Compreendendo essa peculiaridade, entendemos que, uma vez que as proposições da CLP são expressões da sociedade civil organizada, a tramitação dessas não deve ser tratada da mesma maneira que as demais proposições de comissões permanentes da Câmara dos Deputados, ou seja, em regime de prioridade", justificou Glauber Braga.

O deputado lembrou que, além dos projetos da Comissão de Legislação Participativa, somente outra categoria de proposta possui a mesma característica: os "projetos de iniciativa popular", previstos constitucionalmente, e que devem contar com a assinatura de, no mínimo, 1% do eleitorado brasileiro.

"Pretendemos com a presente proposta fortalecer a participação popular no processo legislativo, o que é deveras legítimo, principalmente em um momento que a sociedade se insurge pela maior participação na política", avaliou o parlamentar.

CARÁTER CONCLUSIVO PARA AS PROPOSIÇÕES DA COMISSÃO

A Comissão de Legislação Participativa aprovou, no mês de abril, uma proposta para permitir que as proposições de iniciativa da Comissão tenham caráter conclusivo de deliberação, dispensando a apreciação do Plenário.

A proposta foi de autoria do presidente da CLP, deputado Lincoln Portela, que pretende alterar o Regimento Interno da Câmara dos Deputados no artigo 24, inciso II, alínea "d", para que as proposições da Comissão de Legislação Participativa possam ser dispensadas da apreciação do Plenário.

"A proposta tem como objetivo valorizar ainda mais as matérias submetidas ao colegiado da Comissão de Legislação Participativa", defende o deputado.

Na opinião de Lincoln Portela, a mudança no Regimento Interno vai criar condições para que os projetos da Comissão tenham maior agilidade até a aprovação.

O projeto apresentado foi idealizado pelo ex-deputado Celso Russomanno, que, no ano de 2007, justificou que matérias oriundas da sociedade devem ser tratadas prioritariamente, haja vista a importância da participação popular na construção da legislação de nosso país.

Quando apresentou a proposta, em 2007, Russomanno lembrou que, por outro lado, há sempre a possibilidade do restabelecimento da competência do Plenário para discutir e votar qualquer projeto de lei apreciado conclusivamente pelas Comissões.

14:53
CGU 10
COMISSÃO DE
Legislação
Participativa

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E SEMINÁRIOS

2013 marcou uma agenda extensa de reuniões de audiência pública e seminários realizados pela Comissão de Legislação Participativa para potencializar as oportunidades de integração das organizações da sociedade-civil organizadas por meio dos debates legislativos.

A Comissão de Legislação Participativa também trabalhou em parceria com outras comissões temáticas da Câmara dos Deputados para ampliar o alcance de seus eventos em temas colaborativos.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

DEBATEDORES FAZEM BALANÇO DAS ATIVIDADES DA CGU EM 10 ANOS DE EXISTÊNCIA

Audiência pública que debateu os dez anos de existência da Controladoria-Geral da União

Os erros e acertos ao longo dos dez anos de atividade da Controladoria-Geral da União foram debatidos na Comissão de Legislação Participativa no mês de maio. Houve consenso a respeito da ideia de haver instituições de controle interno e externo nos órgãos públicos. Os principais obstáculos apontados são o número reduzido de servidores e as questões orçamentárias.

O deputado Lincoln Portela, presidente da Comissão de Legislação Participativa, informou que as responsabilidades da CGU foram acrescidas e o orçamento sofreu restrições, que acabaram por prejudicar a execução plena da missão. "Essas restrições têm contribuído para aumentar a carência de recursos humanos do órgão", avalia.

Para o secretário-executivo da Controladoria-Geral da União, Carlos Higino, a atuação do órgão de controle interno motivou um crescimento do número de ações da Polícia Federal e do Ministério Público no combate à corrupção e na fiscalização dos recursos públicos.

O secretário ressaltou que a atuação do órgão tem quebrado tabus, como, por exemplo, o que vem acontecendo a grandes empresas acusadas de corrupção que foram proibidas de serem contratadas por órgãos de todas as esferas de governo.

Para Higino, nestes dez anos a CGU se consolidou como referência internacional de qualidade e rapidez na transparência das informações. Ele destaca a criação do Portal da Transparência em 2004, antes mesmo da implantação da Lei da Transparência, que resultou em um acompanhamento diário dos gastos públicos, como no Caso dos Cartões Corporativos.

Rudinei Marques, presidente do Unacon Sindical, avalia que o processo de transparência acarretou em credibilidade junto à população e que não há espaço para o retrocesso. Para tanto, ele destaca que são necessários investimentos em treinamento, capacitação e em equipamentos de ponta. "Sem investimento, não há como fazer um controle como a sociedade espera", avalia.

Glória Merola, diretora de Controle Externo da Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil, defende que mais órgãos de controle sejam criados nas esferas municipais e estaduais. "Não existe sociedade moderna democrática sem que o controle seja forte", defendeu. "É Fundamental para o País e para a democracia".

Quadro de pessoal

Outro tema bastante destacado pelos debatedores foi a questão dos servidores da Controladoria-Geral da União.

Rudinei Marques critica o fato do quadro de funcionários do órgão preencher apenas a metade do número de vagas aprovadas, em 2003. Para ele, esse fato acarreta problemas para o exercício das funções, com sobrecarga nas atividades. "Sem pessoal, não há como ter uma atividade de controle de excelência".

Em relação ao quadro de servidores, o secretário-executivo da CGU, Carlos Higino, avalia que o avanço do órgão deu-se em virtude da qualidade técnica dos servidores, incluindo a carreira em um patamar relevante, mas revela que há espaço para negociações.

Deputado Glauber Braga preside a audiência.

À esquerda, o deputado Carlos Sampaio.

DEPUTADOS PROPÕEM FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DAS AGÊNCIAS REGULADORAS

Parlamentares e especialistas em regulação propuseram a criação de uma frente parlamentar para tratar dos assuntos das agências reguladoras brasileiras.

A proposta foi feita durante a realização de audiência pública da Comissão de Legislação Participativa, em agosto. Os deputados Glauber Braga e Carlos Sampaio se comprometeram a colher as assinaturas necessárias para a criação da frente parlamentar.

O vice-presidente do colegiado, deputado Glauber Braga, também propôs que as associações do setor elaborem uma sugestão legislativa a ser apresentada na CLP, dispondo sobre a criação de uma legislação geral para as agências reguladoras.

De acordo com a proposta do parlamentar, a sugestão terá como base os principais pontos do PL 3337/2004, que dispunha sobre a Lei Geral das Agências Reguladoras e que foi retirado no início deste ano.

O debate promovido pela CLP ouviu especialistas em regulação de diversas agências reguladoras como a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Agência Nacional do Cinema (Ancine) e Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

A principal constatação dos especialistas foi a necessidade de uma reforma regulatória partindo da revisão do modelo atual. Também foi destacada a importância da reestruturação das carreiras de regulação para possibilitar a equiparação salarial com especialistas de outras instituições.

PADRONIZAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

Em 19 de novembro, a Comissão de Legislação Participativa realizou uma audiência pública para discutir medidas de fortalecimento da atuação dos tribunais de contas e do Ministério Público de Contas. O debate foi pedido pela Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil e pela Associação Nacional do Ministério Público de Contas.

O pedido fez parte da reação das duas entidades a uma proposta que sugere a extinção dos 34 tribunais de contas do Brasil (o Tribunal de Contas da União, 26 estaduais, o do Distrito Federal e seis municipais), divulgada no site da Controladoria-Geral da União (CGU), em abril último. Segundo notícias veiculadas na internet, a proposta teve origem no Movimento Organizado pela Moralidade Pública e Cidadania (ONG Moral), com sede em Mato Grosso.

A recomendação feita pela ONG foi incluída no caderno de propostas da Parceria Governo Aberto (Open Government Partnership – OGP), iniciativa internacional que, no Brasil, é coordenada pela Controladoria-Geral da União em parceria com a Secretaria-Geral da Presidência da República.

Procuradores de contas, auditores do controle externo, ministros e conselheiros substitutos dos tribunais de contas de todo o País publicaram nota de repúdio à medida sugerida. "A solução para corrigir os problemas de clientelismo e de baixa governança em alguns tribunais de contas", segundo a nota das associações dessas categorias, "não virá do esvaziamento ou da extinção dos mesmos, mas dos aprimoramentos da instituição", argumentaram.

Melhorias

As associações pedem a criação de normas gerais que estabeleçam padrão nacional de organização e funcionamento dos tribunais e do Ministério Público de Contas. A falta desse padrão, dizem, resulta "em risco de prejuízo à independência funcional, à isenção político-partidária, à qualidade, à eficiência, à eficácia e à profissionalização" dos respectivos quadros técnicos.

As entidades também pediram "mais investimento do Congresso no marco regulatório para transformar lacunas legislativas em avanços institucionais nos tribunais de contas", a plena autonomia do Ministério Público de Contas e a fixação de critérios mais objetivos para indicação e escolha dos ministros e conselheiros dos tribunais de contas, entre outras medidas.

Deputado Dr. Grilo preside a audiência que debateu o fortalecimento dos tribunais de contas

DEBATE SOBRE A CRIAÇÃO DO SISTEMA ELETRÔNICO DE LICITAÇÃO

A Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados realizou audiência pública para discutir a criação do Sistema Eletrônico de Licitação, previsto numa proposta de projeto de lei apresentada pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

A sugestão da Anamatra altera outras leis para instituir, por exemplo, o sistema eletrônico de licitação com resguardo do sigilo na fase de habilitação do processo licitatório, determinar processamento prioritário de processos que tratem de crimes cometidos por agentes públicos e alterar a Lei que trata do crime de lavagem de dinheiro.

A audiência foi conduzida pelo presidente da Comissão, deputado Lincoln Portela. Ao abrir a sessão, o parlamentar comentou os argumentos da Anamatra na justificativa da proposta, entre eles o do prejuízo da corrupção para os cofres públicos, que atinge cerca de 5% do PIB brasileiro. "A punição a quem comete crime desta natureza realmente deve ser rigorosa", defendeu.

O diretor de Assuntos Legislativos da Anamatra, Fabrício Nogueira, ressaltou que é anseio da Magistratura do Trabalho que o Brasil tenha um sistema punitivo mais eficiente para os chamados "crimes de colarinho branco". "As penas mínimas são muitos brandas e permitem, inclusive, a aplicação da suspensão penal", criticou. Para o diretor, tal prática leva a um "sentimento de impunidade". "Estão roubando não apenas dinheiro, mas o futuro do país. A sugestão é uma medida de efetiva cidadania", completou.

Também participaram da audiência pública representantes do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/DF), da Controladoria-Geral da União (CGU) e da Procuradoria Regional da República.

Mesa de trabalhos da audiência que debateu a criação do sistema eletrônico de licitação

COMISSÃO DE
Legislação
Participativa
DIOGO RINGENBERG
ITACIR TODERO
Conselheiro do TCE/CE e
Representante da AUDICON
LUCIENI PEREIRA
Dep. Dr. GRILO
PLP
JULIO MARCELO DE OLIVEIRA
Procurador do Ministério
Público de Contas

COMISSÃO DE

CIDADES

Deputado Glauber Braga preside Ciclo de Debates sobre Defesa Civil

CICLO DE DEBATES SOBRE DEFESA CIVIL

Em setembro, no momento em que o Estado de Santa Catarina enfrentava uma grande enchente, com cerca de 25 mil pessoas afetadas, a lei nacional sobre prevenção e resposta a desastres (Lei 12.608/12) foi colocada em debate na Comissão de Legislação Participativa.

Com um ano e meio de vigência, a legislação é considerada um avanço, mas foi criticada durante audiência pública promovida pela comissão, em 24 de setembro, por ainda não estar inteiramente em vigor. Muitos itens ainda não estavam em vigor porque o governo federal ainda não havia criado regras específicas, etapa chamada de regulamentação.

Para o secretário nacional de Direitos Humanos da Força Sindical, Lélio Falcão, é urgente avançar na regulamentação da lei. "Nós temos que responsabilizar os gestores pelas mortes, pelas faltas, pelas carências."

Cadastro nacional

Entre os pontos que estão esperando regras para começarem a valer estão a criação de um cadastro nacional de municípios com áreas de risco, a permissão de prestar serviço militar na área de defesa civil e o ensino nas escolas de práticas de prevenção a desastres.

O governo, no entanto, não tem perspectiva de quando essas partes da lei vão sair do papel. Já se fala em alterar a legislação para garantir a proteção civil nas cidades, onde realmente as tragédias acontecem.

Propostas de melhorias

O representante do Movimento Nacional de Afetados por Desastres Socioambientais, Corcino Medeiros, reclama de áreas que ainda precisam melhorar. "Não está resolvido inteiramente todo o problema da segurança, da prevenção e da reconstrução nas áreas afetadas por desastres. A maldita corrupção, o desvio de recursos, os recursos que o governo federal manda não chegam lá na ponta!"

O deputado Glauber Braga (PSB-RJ) foi o responsável na Câmara por analisar a proposta que se tornou a Lei Nacional de Proteção e Resposta a Desastres. Ele concorda que há muito o que melhorar.

Braga convidou movimentos sociais a fazerem propostas de melhorias. "Se a gente não conseguiu fazer isso nas nossas limitações, pelo menos no grau que a gente gostaria, na Lei 12.608, por que não fazer agora? Com todas as organizações, poderíamos fazer um grande pacto de alteração ou de preenchimento das lacunas a partir da própria Comissão de Legislação Participativa?"

Na Comissão de Legislação Participativa, entidades que representam grupos da sociedade podem apresentar projetos de lei. Se aprovados, tramitam normalmente pelo Congresso, assim como qualquer outra proposta.

DEBATE COM OS VENCEDORES DO HACKATHON

A Comissão de Legislação Participativa promoveu no dia 11 de dezembro uma audiência pública com o tema: "Hackathon - a Maratona Hacker". Participaram do debate a diretora-geral adjunta da Câmara dos Deputados, Cássia Botelho, e os vencedores do Hackathon: Kellyton dos Santos Brito, Geraldo Augusto Morais Figueiredo e Valessio Soares de Brito.

O deputado Paulo Pimenta (PT-RS), que solicitou o debate, lembrou que uma comunidade de organizações civis que trabalham com transparência legislativa, com o apoio de vários parlamentos e associações internacionais parlamentares, como a União Interparlamentar (UIP) e a Organização das Nações Unidas (ONU), elaboraram a Declaração de Parlamento Aberto.

Nesse documento, os organismos defendem o oferecimento de canais de participação social no processo legislativo; a publicação de informações parlamentares em portais institucionais em formatos de dados abertos; e a realização de atividades cívicas de estímulo ao uso desses dados.

"A Câmara destaca-se como um dos parlamentos mais abertos do mundo, atendendo a fundo tais critérios de transparência e sendo referência para estudos e guias internacionais como exemplo de casa legislativa transparente e aberta à participação social (União Interparlamentar, Global Centre for ICT das Nações Unidas, Banco Mundial)", ressaltou o parlamentar.

Vencedores

Kellyton Brito venceu o Hackathon com o aplicativo "Meu Congresso", que reúne informações sobre o mandato dos parlamentares e garante o controle social sobre os gastos de deputados e senadores. "A parte mais interessante é a análise que o site faz em relação aos gastos com as cotas parlamentares. É possível ver a classificação dos gastos por categoria: combustíveis, transportes, passagem aérea, aluguel de veículo. E tem uma parte importante também que é o relacionamento com as empresas", afirmou o primeiro colocado.

Em segundo lugar, ficou o aplicativo "Monitora, Brasil", que permite ao cidadão acompanhar, via celular, a assiduidade e as propostas dos parlamentares. Seu autor, o brasiliense Geraldo Figueiredo, disse que se inspirou nas manifestações populares de julho para oferecer uma opção que ampliasse a participação do povo na política.

O terceiro colocado no Hackathon 2013 foi o aplicativo "Deliberatório", um jogo de cartas off-line que simula o processo de discussão e deliberação das propostas em tramitação na Câmara. Foi desenvolvido por Valéssio Soares.

Os aplicativos serão disponibilizados no portal da Câmara e, na medida do possível, serão integrados aos sistemas de informação da instituição.

Diretora-Geral Adjunta da Câmara dos Deputados, Cássia Botelho, ao lado do Deputado Paulo Pimenta

COMISSÃO DE
Legislação
Participativ

DIREITO E JUSTIÇA

JUÍZES E EMPRESAS JORNALÍSTICAS DIVERGEM SOBRE LEI PARA O DIREITO DE RESPOSTA

Os representantes da Associação Nacional de Jornais (ANJ) e da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) divergiram sobre a necessidade de uma lei específica para o direito de resposta, em audiência da Comissão de Legislação Participativa, em novembro.

A audiência foi realizada para discutir a censura ao trabalho jornalístico por meio de decisões judiciais, a chamada judicialização da censura. E um dos temas em destaque no debate foi justamente o direito de resposta, que estava previsto na Lei de Imprensa, revogada em abril de 2009 pelo Supremo Tribunal Federal. Contudo, os crimes de calúnia, injúria e difamação foram mantidos no texto da proposta de reforma do Código Penal, em análise no Senado.

Representante da Associação Nacional dos Jornais (ANJ), Alexandre Jobim.

Deputado Chico Alencar.

Desembargador Henrique Nelson Calandra.

Jornalista José Cristian Góes

"Censura prévia"

Diretor do Comitê Jurídico da Associação Nacional dos Jornais, Alexandre Jobim lembrou que outras propostas em andamento no Congresso também preveem o direito de resposta. Segundo ele, a previsão em lei do dispositivo é desnecessária porque pode remeter à censura prévia, o que é incompatível com a Constituição de 1988. Segundo Jobim, já há legislação em vigor que garante a retificação de eventuais erros publicados pelos meios de comunicação.

O posicionamento da Associação Nacional de Jornais, disse ele, é de que não há necessidade de uma lei específica para o direito de resposta: "Você já tem leis, por exemplo, o Código Civil permite que você tenha o direito, já há um mandamento constitucional que permite que venha buscar eventualmente resposta de uma necessidade, de uma reparação do fato ou coisa do gênero".

Já o presidente da AMB, Henrique Calandra, defendeu uma lei para o direito de resposta porque, segundo ressaltou, "a liberdade de expressão termina quando começa o direito do vizinho". Por isso, ele disse que "deve haver uma nova lei porque a Lei de Imprensa foi julgada derrogada pela nova Constituição em função de decisão do Supremo Tribunal Federal, relatada pelo ministro Carlos Ayres Britto. Então, fica um vácuo, porque aqueles dispositivos que pareciam totalitários, arbitrários e tantos outros adjetivos negativos em relação a eles, trouxeram um vácuo, fica um campo imenso aí".

Pedro Paulo Medeiros, conselheiro da OAB-GO, participou das discussões da proposta do novo Código Penal (PLS 236/12) no Senado e ressaltou que a entidade firmou posição contrária à manutenção no texto dos crimes de injúria, calúnia e difamação. "O direito de resposta não deveria ser tratado em legislação penal", ressaltou.

Para o conselheiro, cabe ao Judiciário cumprir seu papel e dizer quem está certo no caso de conflito de interesses, mas não aplicar censura prévia. De acordo com Medeiros, a OAB defende sempre a liberdade de expressão: "Biografias não autorizadas, por exemplo, devem sim ser publicadas – e, se o autor cometer excessos, deve ser responsabilizado".

Garantir a liberdade

Autor do requerimento para a audiência, o deputado Chico Alencar (Psol-RJ) disse que as discussões vão servir de subsídios para que os parlamentares analisem melhor as proposições em curso no Congresso, inclusive a proposta de reforma do Código Penal. Ele lembrou que a República e a democracia ainda são valores em construção no País e, por isso, a legislação precisa ser atualizada para garantir a mais ampla liberdade de expressão.

Chico Alencar disse ainda que a Comissão de Legislação Participativa vai realizar novas audiências para debater a judicialização da censura. Ele trouxe à audiência o caso do jornalista sergipano José Cristian Góes, condenado no último mês de julho pela justiça de seu estado por causa de uma crônica de ficção publicada em seu blog sobre um coronel imaginário que se vê chocado com o momento democrático do País. O texto não cita nomes, mas os personagens acabaram sendo associados ao governador de Sergipe, Marcelo Déda, e ao cunhado dele, desembargador Edson Ulisses de Melo.

O jornalista José Cristian, na audiência, alegou que não teve direito de defesa e que a condenação difundiu a autocensura na imprensa local: "Os colegas que estão no dia a dia do jornalismo temem e, especialmente em Sergipe, isso é muito forte. Há uma reação em cadeia no sentido de não se fazer qualquer tipo de matéria relacionada ao Judiciário que tenha um viés um pouco crítico, muito menos de denúncia".